

BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • novembro de 2019

CONQUISTA DO ANO

Cessão onerosa: R\$ 10,9 bi aos Municípios



FEVEREIRO
CNM pede descentralização de recursos



ABRIL
Guedes anuncia liberação de R\$ 10 bi



JUNHO
Artigo prevê 15% do bônus de assinatura a Municípios



SETEMBRO
Mobilização pede distribuição justa



OUTUBRO
Parlamentares aprovam e governo sanciona medida

Palavra do presidente

A *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* se consolidou como importante marco do movimento municipalista brasileiro. Ao longo de mais de duas décadas de história, o evento impulsionou as grandes conquistas dos Municípios – que foram concretizadas a partir do trabalho e da luta dos gestores municipais. Na edição deste ano, realizada em abril, foram muitos os avanços obtidos junto aos três Poderes. Entre esses, destaque o compromisso do governo federal de repassar um apoio financeiro aos Entes locais, que enfrentam grande dificuldade em decorrência do aumento de responsabilidades sem a devida contrapartida.

Essa medida, que começou a ser negociada ainda antes do nosso evento municipalista, teve desfecho no mês de outubro, com a aprovação e a sanção do projeto que trata dos recursos da cessão onerosa e possibilita a distribuição de R\$ 10,9 bilhões aos Municípios brasileiros, segundo os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e a forma de utilização defendida pelos Entes municipais. Para isso, nos unimos e nos mobilizamos, em Brasília e em nossos Municípios, para mostrar aos parlamentares a importância da medida à população de nossas cidades. E conseguimos, mais uma vez, ser ouvidos.

A nossa luta continua. Continuaremos unidos a fim de que consolidemos, ainda neste ano, outros anúncios feitos durante a *XXII Marcha a Brasília* por representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. No Supremo Tribunal Federal, uma reivindicação histórica dos Municípios será o foco: o julgamento das ações que suspenderam dispositivos da Lei 12.734/2012, referente à distribuição dos *royalties* do petróleo, marcado para o dia 20 de novembro.



No Executivo, manteremos nossa articulação e o diálogo para que efetivamente possa ocorrer o Encontro de Contas entre os débitos e os créditos dos Municípios junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Essa batalha dura quase duas décadas e precisa avançar o mais rápido possível. Não podemos aceitar os Municípios pagarem as dívidas que possuem e não receberem os créditos que lhes são de direito. Também atuaremos no sentido de possibilitar a criação de linha de crédito especial para pagamento dos precatórios.

No Congresso Nacional, continuaremos nossa articulação para a inclusão dos Entes locais na proposta da Reforma Previdenciária. São mais de R\$ 41 bilhões nos primeiros quatro anos; R\$ 171 bilhões em dez anos; e R\$ 391 bilhões em 20 anos somente nos regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) municipais, caso esses sejam contemplados na mudança. Temos ainda a Reforma Tributária, com a luta para a aprovação das emendas apresentadas pelos Municípios; o aumento de 1% do FPM no mês de setembro; o Imposto Sobre Serviços (ISS); e a aprovação de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) definitivo.

Agradeço a cada municipalista pelo apoio e por se juntarem a nós nessas batalhas. Mantendo a união de nosso movimento e a atuação focada em trazer melhorias aos nossos municípios, tenho certeza de que teremos ainda neste ano importantes vitórias.

Glademir Aroldi
 Presidente da CNM

Família Municipalista

Visita de gestores à CNM

							
Comitiva de Prefeitos da Paraíba	Comitiva de Prefeitos de São Paulo	Iolanda Moreira Prefeita de Alvorada do Norte/GO	Lydice Brito Prefeita de São João do Sabugi/RN	Suelde Araujo Prefeita de Tenente Laurentino Cruz/RN	Isaias Cabral Prefeito de Acari/RN	Antonio Gentil Prefeito de Arraias/TO	Antonio Barbosa Prefeito de Assis Brasil/AC
							
Vilson Gonçalves Prefeito de Alveiro/PA	Marcos Messias Prefeito de Bom Jesus do Norte/ES	Antonio Carlos Vaca Prefeito de Borebi/SP	Silvério de Almeida Prefeito de Cabixi/RO	Armando Almeida Prefeito de Caetés/PE	Delano Huber Prefeito de Camapuã/MS	Claudinei Novato Prefeito de Capela do Alto Alegre/BA	Petronio Souza Prefeito de Capitão Enéas/MG
							
José Ribamar de Oliveira Prefeito de Colorado do Oeste/RO	Carlos Stabach Prefeito de Contenda/PR	José Carlos Breda Prefeito de Cotipora/RS	Francisco Neri Prefeito de Doutor Severiano/RN	Paulo Dal Alba Prefeito de Engenho Velho/RS	Nobson Almeida Prefeito de Esperança/PB	Jânio Coelho Prefeito de Felisburgo/MG	José Paiva Prefeito de Ipuera/RN
							
Fabio Zuza Prefeito de Iracemópolis/SP	Jairo Coimbra Prefeito de João Lisboa/MA	José Marques Prefeito de Lages/RN	Osivan Queiroz Prefeito de Lagoa Salgada/RN	Valdir Fontanella Prefeito de Lauro Miller/SC	Douglas Mello Prefeito de Lebon Régis/SC	Julbert Moraes Prefeito de Machado/MG	João Carlos Fernandes Prefeito de Mirassolândia/SP

Ag. CNM

 Entrevista

Ministro reforça compromisso de colocar em dia pagamentos da assistência social

Ao reconhecer que são os gestores municipais os responsáveis por levar os serviços na ponta, onde a população está, o ministro da Cidadania, Osmar Terra, reforça, em entrevista ao **Boletim CNM**, o compromisso de honrar os pagamentos que estão em atraso na área da assistência social. Em reunião com a entidade, o ministro havia informado que quitaria os repasses deste ano a partir de outubro. “O diálogo entre o movimento municipalista e o Ministério da Cidadania é fundamental [...], os Municípios são os executores de programas e serviços, e o Ministério da Cidadania é o responsável pela normatização e financiamento dessas ações”, afirma. Ele também discorre sobre ações articuladas pela pasta para descentralizar recursos por todo o país.

De que forma deve ocorrer a transferência dos recursos federais em atraso do cofinanciamento dos serviços e da gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas)?

Ministro Osmar Terra: Ainda em 2017, quando fui ministro do governo passado, nossa gestão quitou todos os repasses atrasados do Sistema Único de Assistência Social. Naquele ano, nós realizamos o maior repasse da história para fundos estaduais e municipais da Assistência Social, no valor de R\$ 2,9 bilhões. Os atrasos eram rotineiros, vinham do governo do PT. Mas fomos nós que colocamos tudo em dia. Já em 2018, os recursos alocados vinham apresentando uma significativa redução. O Ministério, à época, adotou medidas para garantir a continuidade dos serviços ofertados pela rede. Como parte dessas medidas, tramitou no Congresso Nacional o PLN 47, de 2018, que originalmente suplementava dotações do Suas. Contudo, ao fim desse processo, o Poder Legislativo redirecionou cerca de 87% do valor previsto para outros ministérios, o que agravou a situação orçamentária do Fundo. Em 2019, nós estamos empenhados para garantir os recursos necessários para a realização dos serviços prestados pela rede de Assistência Social. Em breve, vamos realizar novos repasses aos fundos estaduais e municipais de Assistência Social. O meu compromisso é colocar em dia os repasses deste ano e novamente quitar os atrasados ao longo dos meses seguintes.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Em reunião na CNM, o senhor apresentou o Prêmio Município + Cidadão. Qual a proposta da iniciativa e como deve impactar na gestão dos Entes locais?

Ministro Osmar Terra: O Programa Município + Cidadão vai incentivar a implementação de ações integradas nas áreas de cultura, desenvolvimento social e esporte nos Municípios. Queremos a ampliação, por exemplo, do contraturno nas escolas. Quanto mais crianças estiverem ocupadas com esportes, música e cursos técnicos, maior é a chance de elas não usarem drogas e de terem um emprego mais bem remunerado no futuro. O contraturno da escola traz vantagens enormes, inclusive com importante redução da violência. Temos também programas na área de esporte, como os jogos escolares. Vamos, inclusive, premiar com bolsas estudantis os jovens que tiverem os melhores desempenhos nessas competições. Vamos ter festivais regionais de dança, música, teatro e audiovisual. Eles serão apoiados com recursos das leis de incentivo e estamos, ainda, negociando patrocínio de empresas estatais. Além

de garantir o acesso à arte, esses festivais vão ampliar a interiorização dos recursos da Lei de Incentivo à Cultura. Antes, mais de 80% desses patrocínios ficavam no eixo Rio-São Paulo. Vamos democratizar o incentivo à cultura. Ampliaremos ainda os centros de acolhimento, atividades para idosos e para crianças com deficiência. Os Municípios que avançarem nessas direções serão premiados com recursos e um troféu de Município + Cidadão, que deve ser entregue pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. Em resumo, é um pacote para fortalecer as ações que consideramos mais importantes para o exercício da cidadania.

Qual a importância do diálogo entre o movimento municipalista e o Ministério da Cidadania na busca de soluções para os problemas que afetam aqueles que estão na ponta, executando as políticas públicas aos cidadãos?

Ministro Osmar Terra: O diálogo entre o movimento municipalista e o Ministério da Cidadania é fundamental, porque a execução das ações da Rede de Assistência Social se expressa exatamente nos Estados e nos Municípios. No modelo de cofinanciamento e compartilhamento de informações, os Municípios são os executores dos programas e dos serviços, e o Ministério da Cidadania é o responsável pela normatização e pelo financiamento dessas ações. Acredito que esse diálogo deve ser permanente e aberto para que consigamos atingir nossos objetivos e atender com qualidade as pessoas mais vulneráveis. E tem sido assim até o momento. O Ministério da Cidadania é e será o ministério mais próximo e parceiro dos Municípios brasileiros.

Veja a entrevista na íntegra:



Assistência Social

Municípios com FIA-M podem receber doações o ano todo

Criar ou regularizar o Fundo para Infância e Adolescência Municipal (FIA-M) é o primeiro passo para obter aporte financeiro por meio de doações de pessoas físicas e jurídicas. Estando com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) exclusivo e contra corrente específica para a gestão dos recursos, que também é fundamental, a administração municipal pode receber verba ou bens durante todo o ano.

Ao preencher a declaração anual, o cidadão pode destinar 3% ou 6% das deduções do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) a qualquer fundo municipal. Pessoas jurídicas brasileiras tributadas podem destinar até 1% do lucro real. Este ano, a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (SNDCA/MDH) calculou repasse de R\$ 81 milhões da Receita Federal do Brasil (RFB) a 1.691 fundos municipais, estaduais, distrital ou nacional.

Estudo da Confederação Nacional de Municípios mostra que 1.669 fundos municipais receberam doações no ano passado, isto é, 98,6% do total. Este ano, em comparação com 2018, houve crescimento no número de fundos aptos a receber doações – de 1.377 para 1.691 – e 314 novos registros foram autorizados pela RFB. Também houve aumento de 35% no número de doações – de 54.685 para 73.987 – e 38% a mais no valor arrecadado. No geral, as doações foram caracterizadas pela destinação de até 3% do IRPF, no ato do preenchimento do IRPF de 2019. A expectativa da CNM é de que os resultados sejam

ainda melhores em 2020, com novos fundos criados ou regularizados. A lista do cadastramento feito até o final de setembro foi enviada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) à RFB no final de outubro. Os aptos ou não serão conhecidos após a apuração do imposto de renda.

Para o presidente da CNM, Glademir Aroldi, o estudo mostra que ainda há muito a avançar, lembrando que o ideal é que os 5.568 Municípios estejam com o fundo regularizado e recebendo doações. “Poder contribuir com projetos voltados à infância e à adolescência de sua cidade é fazer parte do desenvolvimento social”, reforça o líder municipalista. Ele lembra ainda que subsidiar os Municípios no aprimoramento financeiro e técnico das políticas públicas, por meio do FIA-M, demonstra o sentimento nacional e o anseio por dias melhores.

O presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Carnaúba dos Dantas (RN), Sérgio Samuel Medeiros, contou que situações adversas, como problemas com o cartório, prolongaram o processo de regularização do fundo, criado em 2015. No entanto, as orientações da Confederação foram fundamentais para a estruturação do conselho e para recebimento de projetos voltados a educação, esporte e lazer, cultura e saúde.



Secom / Macaé

“A gente teve uma capacitação, no ano passado, por meio do projeto Reinsere [Projeto Integração Local para Reinsereção do Usuário de Drogas] da CNM. E essa capacitação foi importante para nos ajudar a preparar o fundo para receber doações”, disse Medeiros. Ele acredita nos recursos para apoiar as iniciativas voltadas ao público, principalmente, nesse momento de “queda” de arrecadação no Município.



Criação

Para ter o FIA-M ativo, o gestor precisa:

- revisar a lei municipal que cria o CMDCA, observando a criação do FIA-M, se seu nome está correto;
- criar CNPJ próprio;
- abrir conta bancária em banco público; e
- cadastrar o FIA-M junto à Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA).

Gestão

Definir as diretrizes de utilização dos recursos é uma responsabilidade do CMDCA, e os instrumentos de planejamento são:

- Plano de Ação – baseado nos diagnósticos apurados pelos conselheiros para definir principais demandas e ações;
- Plano de Aplicação – elaborado pelo CMDCA com detalhes da distribuição dos recursos por área, com as estimativas de receitas fixadas e a previsão de despesas;
- Aprovação – após ser conduzido, elaborado e aprovado pelo Conselho, o Plano de Aplicação deve ser enviado ao Executivo para ser incluído no Projeto de Lei Orçamentária e aprovado pela Câmara de Vereadores.

Aplicação

A verba pode ser executada pela prefeitura ou por organizações governamentais e não governamentais. O recurso pode financiar:

- programas complementares ou inovadores que não excedam três anos;
 - acolhimento de menores em situação de risco, como usuários de drogas, vítimas de maus-tratos e/ou crianças em situação de rua;
 - pesquisa, estudo, diagnóstico, monitoramento e avaliação e sistemas de informações;
 - capacitação e formação profissional dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; e
 - campanhas educativas, publicações, mobilização social e projetos de divulgação dos direitos da criança e do adolescente.
- A verba NÃO pode ser usada para manutenção do Conselho Tutelar, para financiar o CMDCA nem para custear políticas de caráter continuado.

Artigo

A trajetória das mulheres na política e o papel do MMM

Ao longo de muitos anos, a história voltou-se para os fatos dos heróis, dos líderes e de sujeitos importantes, sendo que alguns grupos minoritários acabaram ficando fora desses relatos. Quando analisamos a história das mulheres no Brasil, verificamos que as conquistas de direitos ocorreram somente após a metade do século XX. Antes, o sistema social ao qual estavam inseridas era a continuidade primitiva da escravatura, pois estavam restritas no exercício de qualquer direito. O outro sexo subestimava a capacidade da mulher, não estando eles preparados para conviver com a igualdade.

Durante a primeira grande guerra – no início do século XX –, observou-se que as mulheres puderam provar a sua capacidade, quando seus maridos saíram de casa para a guerra, deixando-as no comando das fazendas, do comércio, além do lar. Nesse ponto, conforme relata John Stuart Mill, na obra intitulada como “Sujeição das Mulheres”, a educação e a emancipação das mulheres ganharam a maior das batalhas, ou seja, puderam afirmar-se na vida pública em diversas áreas.

A reivindicação de gênero é notória ao longo dos anos, lutava-se por uma educação com a mesma qualidade e nas mesmas áreas de conhecimento das dos homens. A possibilidade de uma vida pública, de emitir a sua opinião e participar dos demais atos da vida foram maneiras de diminuir as diferenças criadas, buscando uma igualdade entre todos. Entende-se que a continuidade da subordinação de um sexo para o outro seria um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano.

Somente em 1932 permitiu-se no Brasil que a mulher tivesse direito ao voto, mesmo assim, ainda no ano de 1929, Alzira Soriano foi empossada como prefeita em Lajes, cida-

de do Estado do Rio Grande do Norte, sendo a primeira mulher a assumir o governo de um Município. Em 1933, Carlota Pereira de Queirós tornou-se a primeira deputada federal por São Paulo. Mesmo com uma participação tímida, podíamos observar as mulheres iniciando na área política.

Nas eleições municipais de 2016, 13,5% dos eleitos aos cargos do legislativo foram mulheres, sendo esse percentual não relevante, se observado que no ano de 2012 foi obtido o mesmo índice, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral. Os resultados são mais expressivos quando analisadas as eleições nas esferas nacional e estadual, mesmo que ainda distante de alcançarem a mesma proporção dos homens. Ainda, conforme o Tribunal Superior Eleitoral, há 77 milhões de eleitoras em todo o território nacional, representando 52,5% do total.

Desse número, apenas 9.204 concorreram a um cargo nas eleições de 2018, sendo que apenas 290 foram eleitas – mesmo assim, houve um aumento em relação ao pleito de 2014 na ordem de 52,6%. Em que pese essa desproporção, podemos observar que houve um significativo aumento, pois em 2014 foram eleitas 190 mulheres. Para a Câmara de deputados no ano de 2018, há 77 parlamentares que compõe aquela Casa Legislativa, um aumento de 51% em relação à eleição anterior. No Senado Federal, contudo, foram sete parlamentares eleitas, mesmo número desde 2010. Já nas Assembleias Legislativas, 161 representantes foram escolhidas.

Diversas iniciativas que fomentam a redução da desigualdade em cargos no Legislativo e Executivo federal, estadual e municipal foram criadas, como a Lei das Eleições, em 1997, a qual reserva vagas para a participação da mulher; a Lei 12.034, de 2009, que

cria a quota de 30% de candidaturas femininas; e, em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução 23.553/2017, estabeleceu que os partidos devem destinar ao financiamento das campanhas das candidatas o mínimo de 30% do total de recursos do fundo partidário. Com esse panorama verificado nas eleições gerais, é bastante promissora a potencialidade das mulheres nas eleições municipais de 2020.

Este é um dos propósitos do Movimento Mulheres Municipalistas, criado no ano de 2017, pela Confederação Nacional de Municípios, em que se busca fortalecer a inserção feminina nos processos de governabilidade, garantindo a sua voz no Executivo e no Legislativo local – com expressiva atuação pela igualdade entre os gêneros em todas as áreas, principalmente na política. A Confederação procura dar exemplo aos Municípios, trabalhando pela igualdade inclusive no ambiente de trabalho.

A desigualdade, lamentavelmente, foi construída ao longo dos anos e reforçada pela história, com a dominação masculina sobre as mulheres nos diversos espaços institucionais, de trabalho ou domésticos. Dessa forma, faz-se necessária para o desenvolvimento humano a diminuição das diferenças que hoje infelizmente ainda existem, sendo isso um desafio para os governos em todos os níveis e o objetivo e a sincera crença de todas as mulheres que escrevem a história diária do Movimento Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Tania Ziulkoski – Fundadora do MMM – Movimento Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.



REFORMA TRIBU

Emendas municipalistas fortalecem receita municipal e garantem autonomia

O Brasil vive um momento decisivo, e o movimento municipalista deve aproveitar a abertura do Congresso e do Executivo federal para garantir que pleitos históricos e demandas emergenciais sejam atendidos nas reformas em discussão. Para assegurar que os gestores locais compreendam a relevância da Reforma Tributária, participem dos debates e cobrem dos parlamentares, a CNM promoveu o *Seminário Reformas Tributárias em Debate* no dia 22 de outubro. No mês, foram realizadas também reuniões internas e transmissões ao vivo nas redes sociais. Em quatro Rodas de Conhecimento e um Bate-papo, a equipe da CNM apresentou os projetos em tramitação e as 19 emendas sugeridas. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 está em discussão em comissão especial na Câmara dos Deputados e recebeu nove sugestões municipalistas, enquanto a PEC 110/2019 aguarda

apreciação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado com 10 emendas.

Como o presidente Glademir Aroldi reforçou na abertura do Seminário, a construção de um novo sistema abre possibilidade para discutir quais são as responsabilidades e a participação dos Municípios no bolo tributário. Além disso, é possível a correção de uma injustiça que se estende há anos: o não compartilhamento de determinados tributos com os Entes municipais. “Aprendemos a lição. Não vamos permitir que novos impostos sejam criados, substituindo fontes de arrecadação municipais, sem a divisão com os Municípios”, adiantou. O evento foi a oportunidade de membros da Comissão Especial da PEC 45, incluindo o relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB); o sub-relator, Júlio Cesar (PSD-PI); e o presidente do colegiado, Hildo Rocha (MDB-MA), apresentarem aos gestores a matéria. O consultor legislativo Mar-

co Antônio de Oliveira representou um dos autores do texto, o economista Bernard Appy. E o ex-deputado Luiz Carlos Hauy, que na legislatura passada aprovou proposta que inspirou a PEC 110/2019, fechou a programação.

“A principal característica é a tributação no destino. E a transparência do modelo arrecadatório, simples, justo e que o cidadão possa ter no seu dia a dia a clarividência do que paga”, argumentou Aguinaldo Ribeiro. Antes, o consultor da Câmara destacou um dos maiores diferenciais da PEC 45 em relação à 110, a competência compartilhada – entre União, Estados e Municípios – do IBS. O texto que tramita no Senado prevê dois IBS, um da União e outro dos Estados, o que, para a CNM, exclui e fere a autonomia municipal. Apesar disso, Marco de Oliveira reconheceu os desafios para analisar as 209 emendas apresentadas à proposta da Câmara.



● TRANSMISSÕES AO VIVO

Nos vídeos explicativos, a CNM detalha os objetivos das alterações sugeridas pela Confederação ao texto: preservar a autonomia municipal; evitar perdas aos Municípios; compartilhar novos impostos com os Entes federados; garantir maior participação dos Municípios no bolo tributário; fortalecer os Impostos sobre o Patrimônio; e estabelecer a paridade de representação no Comitê Gestor. Acesse o canal da CNM no *Youtube* e a página no *Facebook* e assista!

- 3/10 Reformas Tributárias e as premissas do movimento municipalista
- 10/10 A Reforma Tributária e os Impostos sobre o Patrimônio (Parte I)
- 17/10 A Reforma Tributária e os Impostos sobre o Patrimônio (Parte II)
- 18/10 Bate-Papo com a CNM | A PEC 45/2019 (Reforma Tributária da Câmara) e a atuação da CNM
- 24/10 A Reforma Tributária e a participação dos Municípios no bolo tributário
- 31/10 A Reforma Tributária e a autonomia dos Municípios



TÁRIA EM PAUTA

» Entenda as diferenças

“Ambas simplificam o sistema ao criar um imposto sobre o consumo único. Na PEC 45, o texto extingue cinco impostos – lembrando que os Municípios têm participação também no IPI e no ICMS – para formar o IBS. E cada Ente poderá definir sua própria alíquota. Já na PEC 110,

eles extinguem nove impostos, com mais impacto para os Municípios, sem determinar a competência municipal de atribuir alíquotas, apenas federal e estadual”, explica a supervisora do núcleo de Desenvolvimento Econômico da CNM, Thalyyta Alves.

PEC 45/2019 – Câmara dos Deputados	PEC 110/2019 – Senado Federal
<p>Crítérios de distribuição do IBS Estadual para Municípios</p> <p>No lugar dos 75% do ICMS que hoje são distribuídos conforme valor adicionado. Critério população.</p> <p>Preocupação da CNM: beneficiará os grandes Municípios e retirará recursos dos Municípios com potencial produtivo, em especial, produção primária.</p>	<p>Crítérios de distribuição do IBS Estadual para Municípios</p> <p>No lugar dos 75% do ICMS que hoje são distribuídos conforme valor adicionado.</p> <p>Pertencerá ao Município do destino do bem ou serviço. Preocupação da CNM: distribuição para o destino beneficiará os grandes Municípios (em população), e os pequenos – consequentemente com pouco consumo – serão impactados negativamente.</p>
<p>Imposto Seletivo (IS) não compartilhado com Municípios</p> <p>Receita do IS será dividida apenas com Estados.</p>	<p>Imposto Seletivo (IS) não compartilhado com Municípios</p> <p>Receita do IS será dividida apenas com Estados.</p>
<p>Não promove melhorias em relação aos impostos sobre o patrimônio</p> <p>Preocupação da CNM: a Reforma Tributária não pode se limitar aos ajustes na tributação sobre o consumo. Tem-se, reconhecidamente, que promover ajustes e correções em outros tributos, como os patrimoniais (IPTU, ITR, IPVA, ITCMD e ITBI).</p>	<p>Esvazia competência legislativa dos Municípios sobre seus impostos</p> <p>Preocupação da CNM: a proposta tira, por completo, a autonomia dos Municípios sobre o ISS, que passa a incorporar o imposto estadual. Além disso, o texto estabelece que a definição de regras para IPTU e ITBI será feita por meio de Lei Complementar Federal.</p>
<p>União, Estados e Municípios poderão modificar alíquotas dos recursos não vinculados nos seus respectivos IBS sem compartilhar com os demais Entes Federados</p> <p>Preocupação da CNM: a redação possibilita que a arrecadação do IBS aumente por meio de elevação de alíquotas por lei federal, estadual, distrital e municipal, e que as receitas não sejam compartilhadas, repetindo a injustiça que já existe hoje.</p>	<p>Repassa 100% das receitas do IPVA e ITCMD aos Municípios, mas reduz a base de incidência do IPVA e passa a gestão dos dois impostos para Estados e União</p> <p>Preocupação da CNM: a base de incidência do IPVA não considerará transporte público de passageiros ou de cargas, o que reduz a arrecadação do imposto. Responsáveis pela gestão, União e Estados poderão criar isenções, incentivos e benefícios fiscais sobre as receitas que serão dos Municípios.</p>

» Emendas

Sobre as propostas da Confederação para melhorar o texto, elas foram apresentadas pelos deputados Marcos Aurélio Sampaio (MDB-PD), Herculano Passos (MDB-SP), Júlio Cesar (PSD-PI), Pedro Westphalen (PP-RS), Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), Benes Leocádio (Republicanos-RN), Ronaldo Santini (PTB-RS) e Gil Cutrim (PDT-MA). Já as sugestões à PEC 110/2019 foram protocoladas pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT).

Algumas demandas foram para ambos os textos:

- os Municípios passam a arrecadar parte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o IRRF decorrente de contratos de fornecimento de bens e serviços para Municípios, além de aumentar sua participação no IPVA, que vai incidir também sobre veículos aquáticos e aéreos;
- municipalização do Imposto Territorial Rural (ITR) e unificação com Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
- tributação sobre lucros e dividendos;
- proibição de criação de novos encargos para as prefeituras – como ocorre atualmente com os programas federais e pisos salariais – sem indicação de fonte de receita;
- compartilhamento de todos os impostos criados com os Municípios;
- alteração dos critérios de compartilhamento dos impostos únicos, incluindo o indicador aluno-qualidade;
- paridade de representação dos Entes federados nos comitês gestores dos tributos.

Além disso, na PEC 45/2019, foi solicitada criação do Fundo de Compensação de Perdas com parte do Imposto Seletivo (IS), para o qual é prevista participação dos Entes locais – pela redação original, ele é de competência apenas federal. Mesmo pedido feito para a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-combustíveis). Na PEC 110/2019, são incluídos aumento dos percentuais do FPM e o 1% do FPM para setembro.


Conquista

Cessão onerosa: recurso de R\$ 10,9 bi trará alívio às finanças municipais

Alívio. Este é o sentimento dos 5.568 gestores locais que aguardavam ansiosamente a definição do rateio dos recursos da cessão onerosa da área do pré-sal. As últimas semanas de setembro e o início do mês de outubro foram de luta intensa e fortes articulações dos gestores municipais junto aos parlamentares. Os prefeitos lotaram os corredores, as comissões e os Plenários da Câmara e do Senado para garantir que o recurso chegue aos cofres municipais da forma mais justa e breve possível. A pauta é uma das matérias que compõem o chamado pacto federativo defendido pelo movimento municipalista e uma promessa do governo federal feita durante a 22ª edição da *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, em abril deste ano. A expectativa é de que o megaleilão resulte em R\$ 10,9 bilhões aos Municípios.

A Confederação Nacional de Municípios e o movimento municipalista comemoraram a confirmação da conquista, no dia 17 de outubro, com a publicação da

sanção do presidente da República, Jair Bolsonaro, no Diário Oficial da União (DOU). A CNM destaca que a medida representa uma das maiores conquistas do ano para o movimento municipalista. Pela Lei 13.885/2019, publicada em edição extra do Diário, dos R\$ 106,56 bilhões que serão pagos pelo bônus de assinatura do leilão do excedente da cessão onerosa, cerca de R\$ 33 bilhões ficarão com a Petrobras. Do restante, a União vai partilhar 15% com Municípios, 15% com Estados e 3% com os chamados Estados produtores.

A Confederação reforça que as articulações dos gestores possibilitaram a distribuição segundo os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e que os Entes locais possam utilizar os recursos para:

- reduzir o déficit de seus regimes previdenciários ou pagar os parcelamentos de débitos; ou
- empregar com investimento.



Ag. CNM

» Tramitação no Congresso

Após intensas negociações, o Congresso Nacional chegou a um acordo e, com a presença massiva de gestores municipais no Plenário da Câmara, os deputados aprovaram, no dia 9 de outubro, um texto que atendeu aos interesses dos gestores locais na divisão dos recursos por meio do Projeto de Lei 5.478/2019. Uma semana depois, no dia 15 de outubro, foi a vez de os senadores cumprirem o acordo. Com a presença dos gestores municipais lotando a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a galeria do Plenário, aprovaram o texto, por unanimidade.

HISTÓRICO CESSÃO ONEROSA

12 de fevereiro

Municipalistas participaram de reunião no Ministério da Economia para tratar do pacto federativo. Guedes defende a descentralização dos recursos.

**2 de abril**

Ministro da Economia recebe o presidente da CNM e parlamentares e confirma participação na Marcha.

**9 de abril**

Paulo Guedes anuncia pretensão de liberar R\$ 10 bilhões a Municípios.

**9 de maio**

Aroldi entrega ofício ao Ministério da Economia solicitando a divisão de recursos da cessão onerosa pelo FPM.

**4 de junho**

Comissão Especial da Câmara aprova orçamento impositivo com artigo extra prevendo 30% do bônus de assinatura para Estados e Municípios.

**5 de junho**

Plenário da Câmara aprova orçamento impositivo, mas 30% do pré-sal para Estados e Municípios retorna para o Senado sem critério de distribuição.

**18 de outubro**

Governo sanciona lei que destina R\$ 10,9 bi aos Municípios.

**15 de outubro**

Senado aprova cessão onerosa, e texto segue para sanção.

**15 de outubro**

CAE aprova texto da cessão onerosa, por unanimidade.

**15 de outubro**

No Senado, relator do texto dá parecer favorável ao texto na CAE.

**10 de outubro**

CNM disponibiliza orientações sobre utilização de recursos.

**10 de outubro**

TCU aprova outorga de volumes excedentes da produção de petróleo.

**9 de outubro**

Após intensa mobilização municipalista, Câmara aprova texto positivo para Municípios.

**9 de outubro**

Deputados mudam texto da cessão onerosa; CNM pede apoio dos prefeitos.



Articulações do movimento municipalista

As articulações começaram ainda antes da *Marcha*. Em fevereiro, Aroldi esteve com o ministro da Economia, Paulo Guedes, pela primeira vez. Na reunião, trataram de previdência e da construção de uma pauta que representasse o novo pacto federativo e, no momento, a fala do ministro reforçou a necessidade de distribuição dos recursos. “Quando se tem um sistema político fechado, é natural que haja concentração de recursos, poderes e atribuições no governo central. Mas uma federação é construída de baixo pra cima. Com a maior parte do dinheiro na base, com a administração municipal, e o restante com governadores e União. O desafio é construir

um Estado federativo de fato”, disse Guedes aos municipalistas presentes na reunião.

O segundo encontro de Aroldi com Guedes ocorreu em 2 de abril, quando trataram da importância do avanço das discussões sobre a estruturação do pacto federativo. “Eu estou com a expectativa de que, pela fala do ministro, a gente vai, ao longo dos próximos anos, fortalecer a gestão local e os Municípios”, afirmou o presidente da CNM ao final da reunião. Na ocasião, o ministro da Economia confirmou a presença na *Marcha* e garantiu que o governo faria anúncios esperados pelos Municípios.



Anúncio na Marcha



Dia 9 de abril, durante a plenária *Unidos Pelo Brasil*, no maior evento municipalista da América Latina, o ministro Guedes anunciou, com apoio do secretário Especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, que a missão do governo era criar um federalismo onde a pirâmide fosse paulatinamente invertida. “A ideia do pacto federativo é realmente botar o dinheiro na base. Como que nós pretendemos fazer isso? O plano é o seguinte: pega o FEX, que era de R\$1,5 milhão, pega a Lei Kandir, que era mais R\$ 1,9 bi; soma os dois. O resultado dá menos de 4 bi, mas, ao invés de 4, nós vamos fazer um programa de R\$ 10 bi, só para este ano. É o balão de oxigênio que vai dar o fôlego”, explicou o ministro na *Marcha*.

Uma semana após a *Marcha*, no dia 17 de abril, Guedes se reuniu com senadores – na residência oficial do presidente Davi Alcolumbre – e reforçou que o andamento do projeto que trata da cessão onerosa do petróleo da camada pré-sal dependeria da vontade dos parlamentares. “O dinheiro tem que ir onde o povo está. As pessoas vivem nos Municípios, mas quem calibra quanto fica para Estados e Municípios é a classe política, é o Senado, é a Câmara”, ponderou Guedes na ocasião.

Confira o histórico completo:



28 de agosto
CCJ do Senado aprova cessão onerosa e define critérios de distribuição pelos FPE e FPM.



3 de setembro
Plenário do Senado aprova cessão onerosa e mantém critérios de distribuição.



17 de setembro
Maia defende aprovação de cessão onerosa nos moldes aprovados no Senado.



25 de setembro
Presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), garante que critérios de distribuição da cessão onerosa serão mantidos.



26 de setembro
Promulgado trecho que autoriza o megaleilão de áreas de exploração e produção do pré-sal.



2 de outubro
Deputado Samuel Moreira pede vista adiando a votação na CCJ.



3 de outubro
Imprensa veicula mudanças na divisão dos recursos que trariam queda de um terço dos recursos inicialmente previstos



9 de outubro
Na CCJ da Câmara, gestores aguardam definição sobre votação.



8 de outubro
Maia promete votação da cessão onerosa dia 9 de outubro.



8 de outubro
Mais de 400 gestores manifestam na sede da CNM.



8 de outubro
Alcolumbre defende 15% da cessão onerosa para Entes locais.



4 de outubro
CNM convoca mobilização para 8 de outubro contra mudanças na divisão de recursos.



4 de outubro
Maia e Alcolumbre articulam solução para divisão dos recursos do pré-sal.



4 de outubro
Aroldi concede entrevista e reforça defesa dos Municípios.




 Institucional

Interiorização é reforçada em nova fase da Operação Acolhida

Com o intuito de incentivar os Municípios a acolherem migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil, a Confederação Nacional de Municípios, o governo federal e as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) firmaram, em outubro, um protocolo de intenções, em cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília. O documento é válido por 12 meses e visa a aumentar a cooperação e definir a atribuição de cada parceiro.

A entidade municipalista trabalha a temática desde o início de 2019 e incentiva os gestores municipais a aderirem à recepção dos vizinhos sul-americanos, além de os auxiliar no processo. Para de fato oferecer novas oportunidades aos que deixaram seu país, o presidente da CNM, Glademir Aroldi, defendeu que haja inserção social e profissional nos Municípios brasileiros. “É lá, nas nossas cidades, que tudo começa. É onde as pessoas crescem e se desenvolvem. Criam raízes, amizades, costumes e culturas. É nas nossas cidades que as pessoas acessam os serviços públicos”, enfatizou.

Funcionária da CNM desde abril na área técnica de Saúde, Yuly Teran compartilhou um pouco da sua saída da Venezuela. “Cheguei ao Bra-

sil em 2017, deixando filhos, família e meu lar. Saí com a promessa de dar uma vida melhor a eles”, contou. Lá, ela era servidora do Tribunal Superior de Justiça. “Passei por muitas dificuldades. Hoje, o que recebo de aposentadoria dá apenas para comprar um sorvete”, relatou sobre a enorme inflação. Ainda na solenidade, o presidente da República, Jair Bolsonaro, lamentou a situação da Venezuela e criticou o cenário dos últimos anos no país vizinho. “Com toda certeza, Yuly gostaria de estar em seu país com seus parentes e amigos.”

Coordenador-residente do Sistema Nações Unidas no Brasil, Niky Fabiancic, destacou a atuação dos gestores municipais. “A participação dos Municípios na interiorização é de crucial importância. A parceria com a CNM é uma conquista por sua capacidade única de sensibilizar e mobilizar os Municípios brasileiros para a recepção dos venezuelanos”, afirmou. Ele ressaltou ainda que este é o maior deslocamento de pessoas de um país da América Latina a países vizinhos: já são mais de 4 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos.



Fundação BB



Fundação BB

» Entenda o protocolo assinado pela CNM

O documento firmado pelas instituições estabelece diferentes atribuições. À Confederação, representante dos Municípios, caberá, entre outros itens, dar apoio técnico, promover ações articuladas com a União e os Municípios, sensibilizar e orientar os gestores municipais. A União será responsável, por exemplo, por providenciar o deslocamento das pessoas atendidas, disponibilizar relatórios com perfil de trabalho e apoiar os Municípios acolhedores com programas, políticas e ações.

Já as agências da ONU que assinam

o acordo de cooperação – Acnur, OIM e o Fundo de População das Nações (Unfpa) – deverão apoiar os demais parceiros na capacitação para medidas de proteção em relação à população migrante e refugiada, na capacitação de gestores e equipes locais, no monitoramento da integração local por meio de orientação técnica aos gestores locais, entre outros. Essas entidades também vão trabalhar com a CNM na articulação com os Municípios para identificar as vagas para acolhida e em campanhas de sensibilização.

» Fundo de doações

A Fundação Banco do Brasil (FBB) firmou acordo de cooperação técnica com o governo federal para criar um fundo privado para a Operação Acolhida. De acordo com a fundação, as ações serão direcionadas aos venezuelanos que chegam ao Brasil pela fronteira com Roraima. A iniciativa contemplará três etapas: ordenamento de fronteira (recepção, identificação, documentação, triagem e cuidados médicos básicos), abrigamento (acomodação em abrigos e albergues, cuidados em saúde e proteção social) e interiorização (deslocamento para diferentes Municípios do país e inserção socioeconômica).

Institucional

Municípios podem receber migrantes e refugiados com apoio federal

Principal estratégia do governo federal para incluir os venezuelanos migrantes e refugiados que chegam ao Brasil, a interiorização – processo de realocar essas pessoas pelos Municípios brasileiros – tem o objetivo de oferecer melhores oportunidades de reinserção socioeconômica, além de minimizar os impactos na região de fronteira do país. Até agosto, cerca de 250 Municípios acolheram mais de 14 mil pessoas nesta situação.

Por causa da crise econômica, social e política enfrentada pela Venezuela, apenas o Brasil soma, hoje, mais de 115 mil solicitações de refúgio e 90 mil de residência temporária. Segundo os dados mais recentes divulgados pela Agência da ONU para Refugiados (Acnur) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), são mais de 4 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos.

Para a CNM, a acolhida deve ocorrer de forma humanizada, com especial cuidado com crianças, adolescentes e pessoas idosas. Seguindo essas ideias, a entidade, em parceria com organismos das Nações Unidas (ONU) e a União, trabalha na campanha **Interiorização + Humana** – lançada, em abril, durante a *XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. O intuito é sensibilizar os diversos atores envolvidos na crise migratória e orientar os gestores municipais sobre o processo de acolhimento.

A oportunidade de emprego conquistada é o que a colaboradora da área de Saúde da CNM e venezuelana refugiada no Brasil, Yuly Teran, aponta como o ponto que a permitiu construir



Gisa CWI/PR

uma nova vida e ter esperança de um futuro melhor para seus compatriotas. Após chegar em Boa Vista, em 2017, a venezuelana se cadastrou na Polícia Federal e viajou até Brasília com apoio da Força Aérea Brasileira, por meio da Operação Acolhida. Atualmente, a entidade municipalista também emprega a venezuelana Marvelis Farias, que está com sua família no Brasil.

O governo federal é responsável por programas, políticas e ações para os Municípios aderirem à iniciativa, também cabe aos órgãos da União a organização dos recursos de acordo com a disponibilidade orçamentária. Os gesto-

res municipais interessados devem procurar a CNM para mais informações sobre a adesão e os incentivos federais. A entidade lembra que a atuação e o empenho das entidades municipalistas estaduais e microrregionais também são fundamentais neste processo.

Saiba mais sobre a Interiorização + Humana:



» Etapas da acolhida



1. Atuação na fronteira

Recebimento dos que cruzam as fronteiras com serviços migratórios, de documentação, vacinação e proteção social.



2. Vagas nos Municípios

Os gestores municipais e as entidades parceiras – organizações da sociedade civil e da ONU – estabelecem o perfil e o número de pessoas/famílias que cada cidade pode acolher.



3. Identificação dos beneficiários

São selecionados refugiados e migrantes em condições de serem realocados. Há critérios como regularização migratória, vacinação, CPF e livre vontade de ser acolhido em outro local.



4. Preparação para viagem

O governo federal e as agências da ONU são responsáveis por essa etapa, onde ocorre avaliação de saúde, assinatura de documentos e reuniões informativas, por exemplo.



5. Viagem

O Município e o governo federal definem a data para recebimento dos acolhidos.



6. Chegada ao destino

É quando ocorrerá, de fato, o abrigamento, além do acompanhamento e da integração local.

Boas Práticas

Frutas vermelhas e café: juntos para aumentar arrecadação municipal

A CNM recebe toda semana a visita de diversos gestores municipais que vêm sanar dúvidas ou buscar auxílio para as mais diversas situações municipais. Nessas conversas, ouve-se relatos acerca das necessidades enfrentadas pelos Municípios, e os prefeitos, muitas vezes, não sabem mais o que fazer para sair da situação, que piora a cada mês. É simples: os custos aumentam, mas a arrecadação não acompanha.

Uma das maneiras encontradas pela Confederação de ajudar é a busca de boas práticas implementadas em Municípios e que podem ser luz para diversos outros gestores. Neste mês, vamos trazer o exemplo de Machado (MG). O Município tem 42 mil habitantes e há 20 anos não reajustava o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Por outro lado, a localidade era conhecida tradicionalmente por ser região especializada no plantio e na colheita de café. Porém, uma nova experiência tem dado o que falar, mas, mais ainda, tem trazido inúmeros resultados para o Município.

Trata-se do plantio e da colheita de frutas vermelhas, com amora preta, mirtilo e framboesa. Inicialmente o projeto começou com 12 produtores rurais que já fizeram o plantio e agora colhem os frutos, como reforça o prefeito de Machado, Julbert Ferre de Moraes. “Um pequeno produtor que tinha dois alqueires de terra tinha seus cinco mil pés de café e plantou quatro mil pés de amora preta. Com esses quatro mil pés,

ele está colhendo uma média de 1 kg por pé. E está conseguindo vender a média de R\$ 10 o quilo. São R\$ 40 mil que ele está apurando em um ano de plantação. Ele plantou e está conseguindo apurar bruto. No café, o pequeno produtor gasta de três a quatro anos para ter esse valor. A perspectiva de melhora para o pequeno produtor está sendo imensa”, complementa.

Com os resultados, 22 pequenos agricultores já estão na fila para entrar na ação. Além de acompanhar o trabalho, a prefeitura promove a doação de mudas: ano passado foram 50 mil e, este ano, já foram 40 mil mudas de mirtilo, framboesa e amora preta. Cada pequeno produtor pega quatro mil mudas e faz o plantio na sua terra. “Esse investimento vai fazer com que os filhos dos pequenos produtores continuem nas áreas rurais, porque não têm emprego nas cidades. E a ideia é agregar valor”, reforça o prefeito.

Câmara fria

Os investimentos não acabam por aí. O Município está recebendo investimento de cerca de R\$ 600 mil na construção de uma câmara fria, para que o pequeno produtor consiga armazenar os produtos para agregar ainda mais valor e poder vender melhor o que ele está colhendo. Além disso, uma parceria com a prefeitura vizinha, em Varginha (MG), vai trazer para a região um centro de alimentos. Conhecido por Ceasa, o local vai permitir que os pequenos produtores



Pref. Machado

de Machado vendam seus produtos oriundos da agricultura familiar.

“Nós não estamos substituindo o café, que é tradição no Município. O café continua sendo plantado, ficando mais no alto. As frutas vermelhas ficam nas áreas mais baixas. E isso que está sendo interessante. Eu acredito que, nos próximos dez anos, a gente vai mudar com esse arranjo produtivo a realidade da maioria dos Municípios, não só de Machado, mas da região”, sinaliza Julbert.

Dicas: Para aqueles que ainda têm dúvidas de como proceder e como encontrar o ponto de mudança no Município, o prefeito de Machado reforça: “cada prefeito deve olhar com carinho para as potencialidades de seus Municípios. Somado a isso, devem acreditar e trabalhar com a própria população.”



Fotos: Pref. Machado



A ação do Município de Machado foi destaque da *Rádio CNM* no mês de outubro. Toda semana, boas práticas implementadas nos Municípios são divulgadas em reportagens especiais. Seu Município tem algo que merece ser destacado? Envie e-mail para: imprensa@cnm.org.br



Turismo

O potencial turístico das Unidades de Conservação

Investir no capital humano, conhecer os diferenciais locais e buscar parcerias com outros setores e instâncias de governo são o presente e o futuro do turismo no Brasil. A conclusão é do **II Seminário de Governança para o Turismo: desafios para o desenvolvimento sustentável nos Municípios**, que, nesta edição, abordou as mais de 3,8 mil Unidades de Conservação (UCs) do país. Com diferentes características – de proteção integral a uso sustentável –, elas estão espalhadas por 1,7 mil Municípios e têm muito a contribuir com a economia dessas localidades.

Na cerimônia de abertura do evento, estiveram representadas a CNM, a prefeitura de Maragogi e a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM), como organizadoras. Além do governo estadual de Alagoas, da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), do Congresso Nacional, do setor privado e do governo federal – na figura do presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Gilson Machado Neto, e dos diretores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) Marcos Venâncio e Marcos Pereira.

Em dois dias de mesas de debate e apresentações, prefeitos e secretários puderam compartilhar experiências exitosas e trocar conhecimento com as instâncias estaduais e federais. De Norte a Sul do país, os gestores souberam, com apoio da população e de organizações públicas, privadas e do terceiro setor, inovar para atrair visitantes e movimentar a economia. Maragogi (AL), Jijoca de Jericoacoara (CE), Tamandaré (PE), Marechal Deodoro (AL), Extremoz (RN), Barreirinhas (MA), Parauapebas (PA), Carmo do Paranaíba (MG), Canela (RS) e Nova Petrópolis (RS) motivaram os participantes a buscarem novos modelos de gestão e a explorarem sustentavelmente seus bens naturais.

As apresentações culturais do projeto *Mãos que Cantam* – que fez o hino nacional em libras –, a orquestra *Tocantes* e o *Bumba Meu Boi* alegraram o evento e mostraram como a arte está diretamente ligada ao turismo. Com viés técnico, os diretores do ICMBio apresentaram números das UCs federais geridas pelo órgão e fizeram uma ressalva: a exploração realizada de maneira indevida, ultrapassando a capacidade de suporte, provoca a perda da beleza natural da Unidade de Conservação, que é o que atrai o



Ag. CNM

“Quando trabalhamos com o turismo, precisamos entender uma conta. A cada R\$ 1,00 investido em orçamento no setor, geramos R\$ 15 para a economia”,
Marcos José Pereira, diretor do ICMBio.

turista. Portanto, é indispensável o monitoramento dos impactos das visitas e o cuidado com a preservação do meio ambiente.

Concessão

A concessão das Unidades de Conservação para a iniciativa privada auxiliar prefeituras e os governos estaduais e federal na gestão e na oferta de serviços ganhou destaque em alguns painéis. Isso ocorre, por exemplo, no monitoramento ambiental, na cobrança de ingressos, na construção e operação de trilhas, banheiros, restaurantes e lojas. “A concessão deve ter como um de seus principais objetivos fornecer renda e liberar funcionários para trabalhar na atividade-fim, técnica, que é monitoramento, fiscalização, apoio ao estudo científico e à pesquisa dessas áreas”, defendeu o diretor do ICMBio Marcos Venâncio.

Pauta política

Em meio à mobilização pela cessão onerosa, o presidente Glademir Aroldi conseguiu prestigiar o segundo dia do Seminário. Na apresentação sobre a pauta prioritária do movimento, ele justificou a importância da articulação política para fomentar políticas públicas setoriais nos Municípios. “Cada região tem muito a oferecer, é possível transformar a vida das pessoas através de investimentos em turismo e infraestrutura. E a nossa pauta ajuda no sentido de trabalharmos com os recursos que buscamos em Brasília.”

Em seu discurso, as reformas da Previdência e Tributária, a execução direta de emendas

parlamentares individuais, a cessão onerosa do pré-sal, a redistribuição do Imposto Sobre Serviços (ISS), o acréscimo de 1% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de setembro e o Fundo Social foram abordados. Sobre a Proposta de Emenda à Constituição 6/2019, que muda o sistema previdenciário, ele fez um alerta. “O Brasil precisa enfrentar isso, mas em uma reforma completa. Não como está, sem incluir os 2.108 Municípios com Regimes Próprios [de Previdência Social] e ainda proibindo a migração. Se os Municípios no Regime Geral migrassem para o próprio teríamos economia de mais de R\$10 bilhões”, argumentou.

Ao tratar das alterações no atual sistema tributário, o presidente da CNM apresentou as premissas que a CNM defende nas duas propostas que tramitam atualmente na Câmara e no Senado: “colocar mais dinheiro na ponta, onde as pessoas estão e a vida acontece. A reforma é a oportunidade para darmos o primeiro grande passo para uma justa divisão de recursos no pacto federativo”.

Em 2018, as Unidades de Conservação federais geridas pelo ICMBio:

-  receberam mais de **12,3 milhões de visitas**
-  visitantes gastaram **R\$ 5,8 bilhões**
-  geraram **190 mil empregos**

Público pode conhecer e votar nas iniciativas finalistas do MuniCiência

Juína (MT), Goiás (GO), Conde (PB), São Lourenço da Mata (PE), Pedra Branca do Amapari (AP), Cacoal (RO), Monteiro Lobato (SP), Vitória (ES), Consórcio Quiriri (SC) e Venâncio Aires (RS) são as 10 iniciativas finalistas do **Prêmio MuniCiência – Municípios Inovadores**, ciclo 2019-2020. O público pode participar da votação on-line que vai escolher os cinco gestores que irão participar de um seminário internacional que tem como objetivo a troca de experiências. Os projetos mais votados serão conhecidos na **XXIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**, em maio de 2020.

Os representantes dos dez projetos finalistas receberão a visita técnica da Confederação Nacional de Municípios (CNM) para a confecção dos Guias de Reaplicação. O material consiste na sistematização de cada iniciativa a ser disponibilizada para os Municípios de todo o Brasil, em versões *on-line* e impressa. Dos Municípios listados, cinco são considerados de pequeno porte, três de médio e um de grande porte. Há ainda um consórcio.

Passo a passo – Para participar do processo de escolha dos vencedores do MuniCiência, o público precisa acessar o site municipiencia.cnm.org.br e clicar em “votação *on-line*”. Depois disso, irão aparecer as 10 iniciativas finalistas. Antes de votar, o internauta terá a opção de assistir aos vídeos com depoimentos e explicações de cada projeto.



Após conferir as apresentações das 10 iniciativas, o público pode escolher o seu projeto preferido ao clicar na opção “votar”. Em seguida, vai aparecer um campo para inserir o *e-mail* e novamente o internauta precisa clicar em “votar”. Uma mensagem de confirmação será encaminhada para o *e-mail* cadastrado. Por fim, o participante da votação terá de verificar no *e-mail* se o voto foi confirmado.

O Prêmio MuniCiência integra as ações do

Projeto UniverCidades e é realizado pela Confederação Nacional de Municípios com apoio da União Europeia no Brasil. O objetivo é reconhecer e disseminar as iniciativas das administrações públicas municipais com impacto positivo e transformador na sociedade. Conheça detalhes dos 10 projetos e faça a sua escolha.

Conheça um pouco dos objetivos de cada projeto finalista do Prêmio MuniCiência:

Juína (MT): Programa Arte, cultura e Leitura, uma bela mistura!

Desenvolvimento de atividades integradas que ressignificaram o conceito de biblioteca como um espaço multicultural, humanizado, dinâmico e atrativo.

Goiás (GO): Centro Especializado de Atendimento à Mulher – Brilete Ramos Caiado

Acolhimento e acompanhamento interdisciplinar (social, psicológico, pedagógico e de orientação jurídica) às mulheres em situação de violência de gênero e fortalecimento da sua autoestima.

Conde (PB): Escritório público de Assistência Técnica (EPA)

Oferecer os serviços de arquitetura, urbanismo e engenharia para as famílias de baixa renda.

São Lourenço da Mata (PE): Programa Controlador Mirim

Promoção nas escolas de programas educacionais para o exercício da Cidadania, da Ética, do Controle Social e da Cultura da Integridade e formação de cidadãos conscientes de direitos e deveres.

Branca do Amapari (AP): Projeto Saúde Nota 10 Pedra

Realizar o diagnóstico situacional da saúde dos alunos e integrar a saúde, a educação e a família.

Cacoal (RO): Renascer das Águas – Mina de Produção

Promover o desenvolvimento sustentável e fomentar a conscientização ambiental por meio da recuperação e manutenção das nascentes do Município.

Monteiro Lobato (SP): Monteiro Lobato – Cidade Inteligente, Humana e Encantada – CHIE 2030

Proporcionar aos habitantes e visitantes qualidade de vida, com serviços públicos eficientes e alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Vitória (ES): Multar não dará mais ganho a fiscais. Cooperar, sim!

Mudar a mentalidade dos servidores da fiscalização da produtividade de embasada nos autos de infração e multas para um sistema de pontos, com a valorização desses profissionais.

Consórcio Quiriri (SC): Região Turística Destinos do Quiriri – A valorização do regional a partir do Município

Integrar os Municípios do consórcio para o desenvolvimento sustentável do turismo na Região Turística Destinos do Quiriri por meio de experiências inovadoras e inesquecíveis.

Venâncio Aires (RS): IPTU Mais

Possibilitar a redução da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), com incentivo à adoção de boas práticas ambientais.

Na Mídia

Conquista municipalista é destaque nas grandes mídias

A mobilização de prefeitos pela votação da cessão onerosa do pré-sal e a tramitação do Projeto de Lei (PL) 5.478/2019 no Congresso Nacional foram destaques nas mídias local e nacional. No período de 15 de setembro a 16 de outubro, foram noticiadas 454 reportagens sobre o tema em jornais impressos e on-line, TV e rádio.

Correio Braziliense, O Estado de S. Paulo, Valor Econômico, Isto É Dinheiro, Uol, DCI e Exame foram os principais jornais que noticiaram a temática. Para a Rede TV, o presidente da CNM reforçou que o dinheiro da cessão onerosa vai ajudar os gestores municipais a investirem nos Municípios. "O que a gente está querendo é pagar a folha de pagamento dos nossos servidores que atendem a população lá na ponta, do médi-

co na saúde; é comprar remédio para botar na prateleira do posto de saúde; é fazer investimento no posto, na escola", disse.

Operação Acolhida – A nova fase da Operação Acolhida também foi destaque no período de grandes veículos de comunicação. O portal G1 Nacional destacou a fala do presidente da CNM na cerimônia de assinatura de protocolo entre a CNM, o governo federal e a Organização das Nações Unidas (ONU): "Queremos promover uma interiorização com maior humanidade, inserção social e profissional. Possibilitar aos imigrantes venezuelanos a oportunidade de recomeçar a vida no Brasil", afirmou.

Na oportunidade, o presidente Glademir Aroldi assinou um Protocolo de Intenções que

inclui o governo Federal, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Veja mais sobre o assunto nas páginas 11 e 12.

Reforma Tributária e obras paralisadas – Os outros destaques do mês ficam por conta das obras paradas e da Reforma Tributária. Este é outro tema importante da pauta municipalista que ganhou visibilidade em veículos como Isto É Dinheiro e DCI Online.

Já a GloboNews, nos noticiários do Jornal das 10, e o Em Ponto trouxeram nota explicativa da CNM sobre as obras paralisadas nos Municípios brasileiros. A reportagem chegou ainda a ser replicada no Jornal Hora 1, da TV Globo.



Reformas e pacto federativo são decisivos para prefeitos. Uma divisão desigual de impostos, a falta de dinheiro e os custos da Previdência são os principais desafios municipais.

Guedes faz acordo com Congresso para garantir leilão de "sobra" do pré-sal. Excidente dos campos de petróleo da chamada cessão onerosa, que garantiu exploração exclusiva à Petrobras, devem ser leiloados em novembro.

Projeto da cessão onerosa avança na Câmara. Congresso Municipal não precisará reservar os recursos que receberem para o saneamento de suas conta.

Dinheiro Dinheiro. Governo quer ampliar número de municípios que recebem venezuelanos. Agência Brasil 02/10/19 - 19h03.

ESTADÃO. Maia e Alcolcumbre articulam solução para divisão dos recursos do pré-sal. Sem respaldo do Congresso para a proposta da equipe econômica de partilha dos recursos do megaleilão do pré-sal, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), articulam uma reunião com todos os governadores para tentar acertar a divisão do dinheiro.

Governo quer ampliar número de municípios que recebem venezuelanos. Mais de 480 mil venezuelanos já cruzaram a fronteira com o Brasil e, desses, a polícia federal estima que 200 mil decidiram ficar em terras brasileiras.

Dinheiro Dinheiro. Desejo é que texto da reforma tributária seja aprovado ainda em 2019, diz relator. O relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, Aginaldo Ribeiro (PP-BR), disse nesta segunda-feira, 23, que o texto para construir um texto que, se possível, possa ser aprovado ainda este ano.

Dinheiro Dinheiro. Maia e Alcolcumbre articulam solução para divisão dos recursos do pré-sal. Sem respaldo do Congresso para a proposta da equipe econômica de partilha dos recursos do megaleilão do pré-sal, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), articulam uma reunião com todos os governadores para tentar acertar a divisão do dinheiro.

Política. Governo fecha acordo com Congresso para garantir megaleilão do pré-sal. O presidente da CNM, Glademir Aroldi, anunciou nesta sexta-feira (22) que o governo federal e a CNM chegaram a um acordo para garantir o megaleilão do pré-sal.

Política. Reforço no cofre a um ano das eleições. Prefeitos se mostram animados e fazem planos com o dinheiro fruto da divisão dos recursos do megaleilão do pré-sal. Valores serão distribuídos com base no FPM, que privilegia cidades mais pobres.

EBC Agência Brasil. Governo quer ampliar número de municípios que recebem venezuelanos. O governo federal quer ampliar o número de municípios brasileiros que recebem migrantes e refugiados venezuelanos. Um protocolo de intenções foi assinado, na tarde desta quarta-feira (2), em cerimônia no Palácio do Planalto.


Calendário

Novembro chega com importantes eventos

O mês de novembro chega com eventos importantes promovidos pela Confederação Nacional de Municípios ou com a participação da entidade, com objetivo de auxiliar no encerramento do ano letivo, no fechamento do mandato e/ou nas atividades cotidianas da gestão. Faltando poucos dias para terminar 2019, a CNM receberá o **II Congresso Brasileiro de Direito Tributário e Financeiro Municipal** dias 18 e 19.

A segunda edição do Congresso dá continuidade aos debates iniciados em 2018 sobre temas de direito tributário e financeiro de interesse dos Entes locais. As discussões devem tratar dos conhecimentos necessários para formação de gestores da administração tributária dos Municípios. Também apresentarão orientações



para enfrentar as dificuldades em torno da execução do orçamento das Prefeituras.

Ainda na capital federal, no Centro Internacional de Convenções de Brasília (CICB), ocorrerá o **Congresso Brasileiro de Gestores da Agropecuária**. O evento pioneiro promete ser um divisor de águas nos Municípios participantes. Entre os dias 5, 6 e 7, a programação reunirá gestores locais, técnicos e autoridades para debater as políticas públicas da União, dos Estados e dos Municípios, além de explanar as normas do setor produtivo e viabilizar o compartilhamento de boas práticas.

Além disso, outros 24 encontros do CNM Qualifica serão promovidos, com apoio das entidades estaduais e regionais.

CALENDÁRIO

31/10 e 1ª/11 <i>Porto Velho/RO</i> Regras básicas de gestão de pessoal	11 a 15/11 <i>Durban África do Sul</i> Congresso Mundial e Conselho Mundial da CGLU	21/11 <i>João Pessoa/PB</i> Oficina plano diretor	27/11 <i>Palmas/TO</i> Financiamento das políticas públicas
4 a 7/11 <i>Brasília/DF</i> Congresso Brasileiro de Gestores da Agropecuária	13/11 <i>Porto Alegre/RS</i> Processo judicial tributário: execução fiscal e embargos	21 e 22/11 <i>Campo Grande/MS</i> O papel dos Municípios na rede socioassistencial	27/11 <i>Teresina/PI</i> Relatórios de Gestão Fiscal: MSC, RREO e RGF
5/11 <i>Araranguá/SC</i> Alternativas para o incremento das receitas municipais	19/11 <i>Rio Branco/AC</i> Gestão de resíduos sólidos: coleta seletiva e compostagem	22/11 <i>Natal/RN</i> Oficina plano diretor	28/11 <i>Araranguá/SC</i> Prática em processo legislativo municipal
6 e 7/11 <i>Goiânia/GO</i> ISS e ITR: Abordagens práticas e teóricas	19 e 20/11 <i>Cuiabá/MT</i> O papel dos Municípios na rede socioassistencial	25/11 <i>Fortaleza/CE</i> Relatórios de Gestão Fiscal: MSC, RREO e RGF	28/11 <i>Cuiabá/MT</i> O papel dos Municípios na rede socioassistencial
6/11 <i>Brasília/DF</i> 3º Workshop do Garantia-Safra	20/11 <i>Porto Alegre/RS</i> O controle interno nos Municípios <i>Recife/PE</i> Oficina plano diretor	26/11 <i>Montes Claros/MG</i> O papel dos Municípios na rede socioassistencial <i>Palmas/TO</i> Gestão de resíduos sólidos: coleta seletiva e compostagem	29/11 <i>Maranhão/MA</i> Relatórios de Gestão Fiscal: MSC, RREO e RGF
11/11 <i>Belo Horizonte/MG</i> Meio Ambiente	20, 21 e 22/11 <i>Brasília/DF</i> II Seminário Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental	27/11 <i>Chapecó/SC</i> O controle interno nos Municípios	Veja mais no site: 